

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PROCESSO: 11000.727133/2022-67

ANEXO I do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 8/2022**TERMO DE REFERÊNCIA****1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de **seguro total para 169 (cento e sessenta e nove) veículos oficiais** pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especialmente no Apêndice I.

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de seguro de veículos.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo, incluindo o valor máximo estimado para a contratação.

ITEM	Descrição	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSERV) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Valor máximo estimado (R\$)
ÚNICO	Serviço de seguro total para 169 (cento e sessenta e nove) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência.	22764	169.000,00

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5 O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.6 Da opção pela aplicação das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993

1.6.1 A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, conforme permissivo previsto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Justificativa para adoção do regime de execução de empreitada por preço global

2.2.1 Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, em razão de que, para o serviço de seguro, não há possibilidade de mensuração dos serviços prestados por unidade de medida, sendo que para o caso concreto, a liquidação de despesas é realizada em parcela única e envolve a prestação do serviço como um todo, ou seja, a cobertura de seguro, pelo período de 12 (doze) meses, para todos os veículos relacionados neste Termo de Referência.

2.3 Justificativa para adoção do critério de julgamento pelo menor preço global

2.3.1 O julgamento obedecerá ao critério do **menor preço global** para o objeto da licitação e ficará sujeito à condição resolutiva expressa, consistente no encaminhamento, pela licitante declarada vencedora, no prazo estabelecido no Edital, dos documentos exigidos para habilitação, no original ou em cópia autenticada.

2.3.2 Considerar-se-á como preço global o **valor global para o seguro de todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência**, obedecendo às especificações do Apêndice I, para o período de 12 meses.

2.3.3 As licitantes deverão apresentar proposta que contemple todos os tipos de veículos relacionados.

2.3.4 As justificativas para adoção do critério de julgamento das propostas considerando o **valor global para o seguro de todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência em um único item** são as que seguem:

2.3.4.1 A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União – TCU, transcrita abaixo, dispõe que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

2.3.4.2 O TCU permite a licitação por lote, ou julgamento pelo menor preço global, desde que seus itens sejam compostos de bens com características que permitam a maior competitividade ao certame, conforme Acórdão nº 808/2003 TCU–P, abaixo transcrito:

Item 39 do Voto do Ministro Relator:

39. A licitação sob comento foi realizada em três diferentes lotes, sendo que cada lote continha diversos itens a serem adquiridos pela Administração. Todavia, como bem demonstrou a Unidade

Técnica, alguns itens integrantes de um mesmo lote apresentavam características bastante distintas, o que justificaria a licitação em separado de cada um deles. Cite-se, como exemplo, o lote III que continha móveis de aço, móveis estofados, móveis escolares e móveis de madeira prensada, que poderiam ser objeto de licitação por itens separados, o que propiciaria maior competitividade ao certame.

Item 9.2.3 do Acórdão nº 808/2003 - P:

*9.2.3. verifique a possibilidade de se utilizar a adjudicação por itens, **bem como que na eventualidade de divisão do objeto em lotes, que estes sejam compostos de bens com características que permitam a maior competitividade ao certame**, consoante previsto nos arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, bem como o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União na Decisão nº 393/94-Plenário, Ata nº 27/94.(grifo nosso)*

2.3.4.3 Para aqueles que militam em licitações, sabe-se que muitas empresas que vendem (fabricam) móveis de madeira prensada em licitações não vendem (fabricam) móveis de aço, ou de estofados. Assim, andou bem o TCU na recomendação de que seja parcelado o objeto.

2.3.4.4 Para a licitação em análise, cujo objeto é único, ou seja, seguro de veículos, com as mesmas especificações e exigências para todos os veículos (franquia, danos materiais, danos pessoais e APP), sendo que qualquer empresa seguradora de veículos não está impedida de participar da licitação se o critério de julgamento for pelo menor preço global, há diferença em relação ao caso citado pelo TCU no Acórdão nº 808/2003 – P.

2.3.4.5 Como todas as empresas do ramo oferecem seguro para qualquer tipo de veículo, fica preservado o caráter competitivo da licitação, diferentemente do relatado acima, no Acórdão TCU nº 808/2003-P, em que a especificidade dos móveis leva a acreditar que nem todos os fornecedores/fabricantes de móveis dispõem/fabricam todos os tipos de móveis que foram licitados.

2.3.4.6 Não há contrariedade da doutrina e da jurisprudência na adoção do critério de julgamento pelo menor preço global ou por lote, desde que devidamente justificado e que não haja restrição à competição.

2.3.4.7 Não existe a hipótese de uma empresa segurar somente um tipo de veículo e não segurar obrigatoriamente outro. Quem segura um tipo de veículo também segura outro. O que pode ocorrer é uma empresa não ter muito interesse em segurar determinado tipo de veículo (muito antigo etc.), mas, neste caso, certamente, nenhuma empresa teria interesse. Assim, se o julgamento fosse por item, poderia não acorrer licitantes em diversos itens ou, se ocorressem, o preço seria proibitivo, prejudicando os interesses da Administração.

2.3.4.8 Como são 169 veículos para serem segurados, de diversas marcas e modelos, a separação em itens por marcas e modelos não prestigiaria os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade.

2.3.4.9 A reunião de todos os veículos em um só item certamente ocasionará uma economia de escala, na medida em que, quanto maior o número de veículos, maior será o interesse das licitantes em sagrar-se vencedora da licitação.

2.3.4.10 Tivemos oportunidade de conversar com várias seguradoras, tendo obtido a informação que o julgamento global não seria óbice para suas participações. Na licitação realizada em 2021 por esta Superintendência (Pregão Eletrônico SRRF10 nº 11/2021) acorreram ao certame quatro licitantes (Gente Seguradora S.A., Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Seguros Sura S.A. e Mapfre Seguros Gerais S.A), número considerado

satisfatório.

2.3.4.11 A SRRF10 não dispõe de frota padronizada. Assim, como se pode verificar pela lista de veículos constante no Apêndice II deste Termo de Referência, existem dezenas de marcas e modelos de veículos. Imagine-se, por hipótese, diversas seguradoras participando e vencendo itens distintos. Ter-se-ia que administrar uma série de contratos, o que termina inviabilizando o custo da terceirização, pois o custo com o controle seria imenso, na medida em que a RFB dispõe em seus quadros inclusive de Auditores e Analistas Tributários atuando na área meio. Contratações desse tipo iriam requerer deslocamentos adicionais de servidores para a área meio com elevado custo para o erário público. O princípio da eficiência seria ofendido.

2.3.4.12 A licitação por itens daria tanto trabalho e custo, em razão da diversidade da frota da RFB, que talvez não fosse mais interessante realizá-la, com prejuízos ao interesse da Administração, em conformidade com todas as justificativas prestadas nos Estudos Preliminares, que, aliás, também devem ser conhecidas para constatação das características peculiares da RFB que cercam esta contratação pretendida.

2.3.4.13 A utilização do critério de julgamento pelo menor preço global trará, certamente, economia de escala, na medida em que, aumentando o valor do contrato, cujo objeto é único, ou seja, seguro de veículos, com as mesmas exigências para todos os veículos (franquia, danos materiais, danos pessoais e APP), aumentará o interesse das eventuais licitantes, com a consequente redução dos preços a serem obtidos na licitação, comparando com os preços que seriam obtidos se licitados por item.

2.3.4.14 Conforme exposto acima, concluímos que:

a. A licitação com critério de julgamento e adjudicação pelo menor preço global, para o caso em questão, é o que amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois vai ao encontro da economia de escala, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, eficiência, razoabilidade e economicidade, sem ofender o princípio da isonomia e da legalidade.

b. A licitação para contratação do objeto desejado com julgamento por item individualmente considerado, para todos os itens da licitação, causaria, além da perda de economia de escala, também custo excessivo para licitar e acompanhar a execução contratual, não sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

2.4 Justificativa do não parcelamento do objeto e da não reserva de cota para ME e EPP

2.4.1 Pelos motivos descritos no subitem anterior, há inviabilidade do parcelamento do objeto licitatório, bem como do estabelecimento de reserva de cota para ME/EPP, pois que equivaleriam, na prática, à divisão da licitação em itens.

2.5 Justificativas para a Vedação de Consórcios

2.5.1 O modelo padrão de edital de serviços terceirizados não continuados veda, como regra, a participação na licitação das empresas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5.2 A justificativa para adoção de tal procedimento para o caso concreto consta abaixo.

1) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

2) Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

3) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado revestiu-se de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

4) Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu artigo 33 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 - Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

2.5.3 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 Justificativas para a Vedação à participação de Cooperativas

2.6.1 Não poderão participar da licitação objeto deste Termo de Referência os interessados sociedades cooperativas, em razão da vedação contida no parágrafo único do artigo 24 do

Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, transcrito abaixo:

Art. 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes de trabalho.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Prestação de serviço de seguro para os veículos oficiais da frota desta Superintendência e de todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, nas quantidades e condições definidas neste Termo de Referência.

5.1.2 O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, as quais serão detalhadas neste Termo de Referência.

5.1.3 A execução do objeto da contratação deverá estar em consonância com a legislação vigente em relação ao tema, especialmente às normas enumeradas na introdução dos Estudos Técnicos Preliminares (Apêndice IV deste Termo de Referência).

5.1.4 Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

5.1.4.1 O **prazo de vigência do contrato** é de 12 (doze) meses, com início na data de 24 de setembro de 2022 e encerramento em 23 de setembro de 2023, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.4.2 O **seguro terá sua vigência** por 12 (doze) meses, contados **a partir** das 24 (vinte e quatro) horas do dia 23 de setembro de 2022, ou das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos

apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

5.1.5 Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

5.1.5.1 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5.1.6 Identificação das soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados

5.1.6.1 O mercado de potenciais prestadores para os serviços de seguro de veículos para Órgãos do Poder Público é restrito às sociedades seguradoras autorizadas a operar no País, na forma da legislação vigente. Apesar disso, tem-se verificado significativa competitividade nas licitações realizadas, como, por exemplo na última, em que 4 (quatro) seguradoras participaram do certame. Isso porque, para execução do serviço a ser contratado, a solução disponível no mercado, já amplamente utilizada tanto para empresas privadas como para órgãos públicos, enquadra-se perfeitamente com as necessidades da prestação do serviço.

5.1.6.2 A solução de mercado que atende os requisitos especificados para a contratação está abaixo identificada:

- I. No caso dos serviços em tela não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para a prestação indireta do serviço, visto que tais serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão desse objeto para empresas especializadas, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;
- II. No caso da prestação indireta do serviço, foi identificada a seguinte hipótese:
 - Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para as coberturas estipuladas no Termo de Referência, com valor de franquia máxima fixado pela Administração.
 - O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo.
 - No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além da cobertura adicional de assistência 24 horas, com serviços de chaveiro, reboque ou transporte do veículo e transporte de pessoas.
- III. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formais usuais de contratação do serviço de seguro de veículo.
- IV. Não se visualiza outra solução, como: 1) locação de veículos com motorista; 2) locação de veículos; e 3) contratação de motoristas, em face do todo exposto no item 4 do Estudo Preliminar (Apêndice IV deste Termo de Referência).

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito

para celebração do contrato.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria na frota de veículos da 10ª Região Fiscal acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 11h30min e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (51) 3290-4412 / 4423.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*

7.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento da frota, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições da frota para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A dinâmica para a execução do objeto está prevista no Apêndice I deste Termo de Referência, não havendo necessidade de previsão de características especiais/adicionais neste item do documento.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou

irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.9 Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.10 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Confeccionar apólice para todos os veículos constantes no Apêndice II deste Termo de Referência, condizente com as exigências do Edital e seus Anexos, a qual deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.

10.3 Cumprir com os prazos e condições previstos no Edital e seus Anexos.

10.4 Comunicar à Unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.5 Não proceder à veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

10.6 Manter conformidade da apólice com as especificações constantes do Edital e seus Anexos.

10.7 Nomear preposto para orientar a execução do serviço, bem como manter contato com o fiscal da Contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.

10.8 Não subcontratar outra empresa para a execução do objeto da licitação, exceto para aquelas atividades em que são comuns no mercado a subcontratação, como oficinas e realização de vistorias.

10.9 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

10.10 Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver a prestação do serviço.

10.11 Prestar o serviço nos novos veículos que venham a ser incorporados à frota de veículos, por meio de apostilamento.

10.12 Pagar as indenizações devidas à Contratante, de eventuais sinistros, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

10.13 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.15 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.16 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.17 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.19 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.20 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.21 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.22 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.23 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.24 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.25 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.26 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.27 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.28 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.29 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.30 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.31 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.32 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.33 Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que são comuns no mercado a subcontratação, tais como serviços de reparos/consertos em oficinas mecânicas, realização de vistorias, serviços de reboque, chaveiro etc.

11.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da

Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.4 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.5 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.5.1 Tomar conhecimento na íntegra do Edital, bem como do contrato decorrente.

13.5.2 Atestar a execução dos serviços.

13.5.3 Orientar os condutores dos veículos de sua unidade de que dispõem de permissão para acionar o serviço de assistência 24 horas da seguradora, divulgando o número do telefone da seguradora para tal.

13.5.4 Registrar, em caso de sinistro, a ocorrência junto à seguradora, por telefone, anotando o número do protocolo.

13.5.5 Orientar os condutores de veículos de sua unidade de que, em caso de sinistro, devem solicitar a presença da autoridade de trânsito, se for possível, bem como, se possível, registrar o acidente por meio de fotos, anotando, se houver, o nome, endereço e telefone de testemunhas. O condutor deverá ser orientado quanto à obrigatoriedade de registrar a ocorrência junto à autoridade policial, com a expedição do Boletim de Ocorrência, documento indispensável para acionamento do seguro.

13.5.6 Certificar-se, em caso de sinistro e que haja necessidade de acionar a seguradora

contratada, de que todos os documentos necessários para tal estão disponíveis, tais como: Boletim de Ocorrência Policial, cópia do documento do veículo de porte obrigatório (CRLV) e cópia da carteira de habilitação do condutor no momento do sinistro (CNH), número da apólice ou CNPJ da SRRF10 (00.394.460/0147-97), além de outros eventualmente disponíveis. Acionar o seguro, enviando, preferencialmente por "e-mail", os documentos necessários escaneados para o corretor do seguro e para o fiscal titular regional do contrato.

- 13.5.7 Agendar, em caso de sinistro, vistoria junto à seguradora, acompanhar o conserto e a liberação do veículo. No ato da liberação do veículo consertado, solicitar à oficina credenciada cópia da nota fiscal do referido conserto e enviar para o fiscal titular regional do contrato, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.
- 13.5.8 Gestionar junto à autoridade competente para a instauração de sindicância ou Termo Circunstanciado Administrativo. Após finalização do procedimento, enviar cópia para o fiscal titular regional do contrato, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.
- 13.5.9 As atribuições anteriores não excluem a obrigatoriedade de cumprimento de outras recomendações administrativas em caso de sinistro.

13.6 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, **aplicável no que for pertinente à contratação.**

13.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 A emissão do documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário) deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **2 (dois) dias úteis** da apresentação **da apólice contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.1.1.1 **O prazo máximo admitido para a entrega da apólice será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.**

14.1.2 No prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, **após a verificação da conformidade da apólice, contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, com as exigências do Edital e seus Anexo**, o Gestor do Contrato deverá providenciar **o recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.1.2.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

14.1.2.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.1.2.3 Comunicar a empresa para que emita o documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário), com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.1.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15 DO PAGAMENTO

15.1 A emissão do documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário) será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita o documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário) com o valor exato dimensionado.

15.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento do documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário).

15.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O documento com as informações de cobrança (boleto ou depósito bancário) deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.5.1 o prazo de validade;
- 15.5.2 a data da emissão;
- 15.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.5.4 o período de prestação dos serviços;
- 15.5.5 o valor a pagar; e
- 15.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6 Havendo erro na apresentação da Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 15.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

15.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16 REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo

índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17 GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1 O art. 56 da Lei nº 8.666/93 dispõe que a exigência de prestação de garantia nos contratos administrativos dar-se-á a critério da Administração.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

17.1.2 No presente caso, o objeto constante deste Termo de Referência não representa um potencial risco à Administração, como, por exemplo, ocorre na prestação de serviços continuados de mão de obra, em que é possível uma eventual responsabilização da contratante por obrigações trabalhistas da contratada.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 18.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 **Multa de:**

18.2.2.1 **0,2%** (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços (como, exemplificativamente, atraso na entrega da apólice ou no pagamento de indenizações de eventuais sinistros), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 **5%** (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de

inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 **10%** (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 **0,2% a 3,2%** por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2 do subitem 18.5**;

18.2.2.5 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB**, pelo prazo de até dois anos, em conformidade com o inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.4 **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

18.2.5 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, em conformidade com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 19.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3", 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.13 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.14 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

19.1 As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.2.1 **certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação.

19.2.2 Em cumprimento ao estabelecido no § 5º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93, será exigida, no edital da licitação, para fins de habilitação, comprovação de boa situação financeira da licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, a qual será avaliada pelos **índices** de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão ser, individualmente, **maiores que 1 (um)**.

19.2.2.1 As licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices adotados, deverão comprovar **Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação.**

19.2.3 A certidão negativa de falência, os índices contábeis adotados e o valor mínimo de patrimônio líquido são os critérios usualmente utilizados nas licitações do Governo Federal. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira dos interessados, através de existência de certidão negativa de falência e da escolha dos índices adotados e do valor mínimo de patrimônio líquido, não restringe o caráter competitivo da licitação, e são imprescindíveis à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.

19.3 Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1 **Prova de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, representada pela Certidão de Regularidade, ou documento equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade, em conformidade com as normas da SUSEP;

19.3.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, comprovando a execução de serviço de seguro de veículos de no mínimo: a) 30% (trinta por cento) do somatório de todos os tipos de veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, ou seja, **51 (cinquenta e um) veículos**, ou, alternativamente, b) 30% do valor estimado da contratação, ou seja, **R\$ 50.700,00 (cinquenta mil e setecentos reais)**.

19.3.3 **Atestado de vistoria dos veículos a serem segurados**, assinado pelo servidor responsável da Administração (RFB da 10ª Região Fiscal), que poderá ser substituído por **declaração emitida pelo licitante** em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante

19.3.4 O percentual de 30% está abaixo do percentual de 50%, que é o percentual máximo admitido pelo TCU (Acórdãos nº 813/2010; nº 2147/2009; nº 2099/2009; nº 1.949/2008; nº 1.284/2003, nº 3105/2010, todos do Plenário, além de outros citados nos Acórdãos).

19.3.5 A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão no edital de licitação de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto da licitação, ou seja, seguro dos veículos oficiais da Receita Federal do Brasil. Entendemos que a fixação da comprovação de quantidade no percentual adotado está em compatibilidade com o princípio da razoabilidade, pois, como as licitantes podem apresentar tantos atestados quantos queiram, é

lícito supor que a licitante que não conseguir demonstrar que teve experiência acumulada ao longo do tempo ou está tendo experiência na quantidade fixada não oferece segurança à Administração para contratação e, portanto, não deve participar da licitação. Entendemos, dessa forma, que a exigência de capacitação técnico-operacional na quantidade estabelecida não restringe o caráter competitivo da licitação.

19.3.6 O Tribunal de Contas da União já expressou o entendimento da legitimidade de exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional em diversas Decisões/Acórdãos como, exemplificativamente: Decisão 432/96-Plenário; Decisão 217/97-Plenário; Decisão 767/98- Plenário; Decisão 285/2000-Plenário; Decisão 467/20000-Plenário; Decisão 411/2001- Plenário; Decisão 1.069/2001-Plenário; Decisão 1.288/2002-Plenário; Decisão 1.618/2002-Plenário; Acórdão 1.917/2003-Plenário; Acórdão 32/2003-1ª Câmara; Acórdão 1.351/2003-1ª Câmara e Acórdão 649/2006-2ª Câmara, Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara e Acórdão 397/2013-Plenário.

19.3.7 No âmbito do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça também já firmou entendimento no mesmo sentido como, exemplificativamente:

Resp 172.232-SP 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 21.09.1998;

REsp 155.861-SP 1ª T, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU de 08.03.1999;

REsp 144.750-SP 1ª T, Rel. Min. Francisco Falcão, in DJU de 25.09.2000;

Resp 331.215-SP 1ª T, Min. Rel. Luiz Fux, in DJU de 27.05.2002;

ROrd em MS 13.607-RJ 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 10.06.2002;

REsp 268.000-AC 1ª T, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, in DJU de 07.10.2002;

Resp 172.199-SP 2ª T, Rel. Min. Eliana Calmon, in DJU de 13.08.2001;

Resp 295.806-SP 2ª T, Rel. Min. João Otávio de Noronha, in DJU de 06.03.2006; e

ROrd em MS 24.665-RS 2ª T, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, in DJU de 08.09.2009.

19.3.8 A exigência de atestado de vistoria dos veículos a serem segurados está de acordo com o estabelecido no art. 30, III, da Lei 8.666, de 1993, e não inviabiliza a ampla participação dos interessados no certame, pois pode ser substituída por declaração da licitante de que conhece as condições para a execução do objeto.

19.3.9 Não será exigido, para o objeto da presente contratação a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante, conforme previsto na alínea b do subitem 10.6 do Anexo VII-A da da IN SEGES/MP n. 5/2017, já que se trata de **serviço não continuado** e sem

dedicação exclusiva de mão de obra e além disso, os contratos de seguros tem, em regra, duração de 1 (um) ano.

19.4 Os critérios de **aceitabilidade de preços** serão:

19.4.1 Valor Global Máximo: R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais);

19.4.2 Valor máximo de franquia: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

19.4.3 Valor máximo de franquia específica para vidros: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

19.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1 A IN Seges nº 73/2020 (que ainda rege os procedimentos licitatórios autuados sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2001, nos termos do parágrafo único do art. 11 da IN Seges nº 65/2021), em seu art. 5º, estabelece os parâmetros de pesquisa de preços que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem utilizar.

20.2 Dispõe o art. 5º da IN Seges nº 73/2020:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

20.3 O preço estimado do item objeto deste Termo de Referência consta no quadro abaixo e é resultado de pesquisas de preços efetuadas no Painel de Preços, conforme parâmetro previsto no inciso I do art. 5º da IN Seges nº 73/2020.

ITEM	Descrição	Valor máximo estimado (R\$)
ÚNICO	Serviço de seguro total para 169 (cento e sessenta e nove) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência.	169.000,00

20.4 No presente caso, como metodologia para obtenção do preço de referência, foi utilizado a média aritmética dos valores obtidos no painel de preços, de acordo com o permissivo previsto no art. 6º da IN Seges nº 73/2020.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

20.5 A consolidação dos preços pesquisados encontra-se no documento nº 12 do presente processo.

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/170177

Fonte: 0132251030

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PI: OUTRO CUSTEIO

22 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1 A execução dos serviços será iniciada a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 23 de setembro de 2022, ou das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

22.2 O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses.

23 CONSIDERAÇÕES FINAIS

23.1 Informamos que as alterações realizadas no presente documento, com relação à minuta elaborada pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União "*Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados. Atualização: Julho/2021*", são as seguintes:

Subitem 1.6: item incluído para esclarecer que serão aplicadas as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 à presente licitação;

Subitens 2.2 a 2.5: itens incluídos para justificar a adoção do regime de empreitada por preço global, o critério de julgamento pelo menor preço global, o não parcelamento do objeto e a não reserva de cota para ME e EPP e a vedação de participação de empresas em consórcio;

Item 7: item modificado para adaptar o texto à realidade da presente licitação, que se trata de uma eventual vistoria na frota de veículos, e não em um local;

Subitem 9.6: subitem excluído por não se aplicar ao objeto do presente Termo de Referência, que não se trata de dedicação exclusiva de mão de obra;

Subitens 9.10: subitem modificado, para retirar dados que não se aplicam ao objeto do presente Termo de Referência;

Subitens 9.11: subitem excluído por não se aplicar ao objeto do presente Termo de Referência o art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

Subitens 2.2 a 2.5: itens incluídos para justificar a adoção do regime de empreitada por preço global, o critério de julgamento pelo menor preço global, o não parcelamento do objeto e a não reserva de cota para ME e EPP e a vedação de participação de empresas em consórcio;

Subitens 10.2 a 10.12: subitens incluídos para prever obrigações da contratada específicas à realidade do objeto do presente Termo de Referência;

Subitem 10.18: subitem modificado para retirar exigências que se relacionam a serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o que não se aplica ao presente caso;

Subitem 10.30: subitem modificado para retirar exigências que se relacionam a serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o que não se aplica ao presente caso;

Subitem 10.33: subitem excluído por não se aplicar à realidade do objeto do presente Termo de Referência (direito de propriedade intelectual/direitos autorais);

Subitem 11.1: subitem modificado para detalhar quais serviços poderão ser subcontratados;

Subitens 13.1 e 13.2: subitens excluídos por não se aplicarem ao objeto do presente Termo de Referência, que não estabelece produtividade pactuada, nem material/técnica/equipamento específico;

Subitens 13.7 e 13.12: subitens excluídos por não se aplicarem ao objeto do presente Termo de Referência, que não estabelece produtividade pactuada, nem material/técnica/equipamento específico;

Subitens 13.13.1 e 13.13.9: subitens incluídos para detalhar a rotina de fiscalização da execução dos serviços;

Item 14: modificado (recebimento provisório e definitivo) para adaptar a redação do item à realidade do objeto do presente Termo de Referência;

Subitens 15.1 a 15.4: subitens modificados para adaptar a redação do item à realidade do objeto do presente Termo de Referência (documento com as informações de cobrança - boleto ou depósito bancário);

Subitens 18.2.3 a 18.2.5: inclusão da previsão legal das sanções de suspensão temporária, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade;

Subitem 19.2.3: subitem incluído para justificar as exigências de qualificação econômico-financeira.

Subitens 19.3.4 a 19.3.9: subitens incluídos para justificar as exigências de qualificação técnica.

Subitens 20.1 a 20.5: subitens incluídos para justificar o preço estimado para a contratação do objeto do Termo de Referência;

Subitem 22: subitem incluído para esclarecer quando será o início da execução dos serviços.

24 APÊNDICES AO TERMO DE REFERÊNCIA

24.1 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte Apêndice:

APÊNDICE I – Descrição detalhada do serviço

APÊNDICE II – Relação de veículos a serem segurados

APÊNDICE III – Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal

APÊNDICE IV – Estudos Técnicos Preliminares



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1 O **prazo de vigência do Termo de Contrato** é de 12 (doze) meses, com início na data de 24 de setembro de 2022 e encerramento em 23 de setembro de 2023, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior.

1.2 Do início da execução do objeto:

O **seguro** terá sua vigência por 12 (doze) meses, contados **a partir** das 24 (vinte e quatro) horas do dia 23 de setembro de 2022, ou das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se este for posterior àquele, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

2. DA CONCEITUAÇÃO

Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

I - Aceitação: Aprovação da proposta apresentada pelo Segurado para a contratação do seguro, que serve de base para a emissão da apólice.

II - Acessório: Peça desnecessária ao funcionamento do veículo e nele instalada para sua melhoria, decoração ou lazer do usuário.

III - Acidente: Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.

IV - Acidente Pessoal de Passageiros. Evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente provocado por acidente de trânsito com o veículo segurado, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou invalidez permanente total ou parcial dos passageiros ou do condutor do veículo segurado.

V - Apólice: Documento que formaliza o contrato de seguro, contendo dados do Segurado, do veículo segurado e as garantias Contratadas, bem como os direitos e deveres das partes contratantes.

VI - Apropriação Indébita: Ato ilícito que consiste em apossar-se de coisa alheia móvel de quem tem a posse ou a detenção.

VII - Avaria Prévia: Dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro e que não está por este coberto.

VIII - Aviso de Sinistro: Comunicação formal à Seguradora da ocorrência do evento previsto na apólice, descrevendo sua natureza e gravidade.

IX - Beneficiário: Pessoa física ou jurídica em favor da qual é devida a indenização.

X - Bônus: Desconto obtido pelo Segurado na renovação do seguro, desde que não tenha havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.

XI - Cancelamento: Dissolução antecipada da apólice de seguro.

XII - Carroceria: Espaço destinado ao transporte da carga, acoplado à parte traseira do chassi do veículo.

XIII - Cláusula: Define cada uma das disposições contidas no contrato de seguro.

XIV - Colisão: Qualquer choque, batida ou abalroamento sofrido ou provocado pelo veículo segurado.

XV - Condições Gerais: Conjunto de cláusulas contratuais que estabelecem obrigações e direitos, do Segurado e da Seguradora, de um mesmo contrato de seguro.

XVI - Condições Particulares: Cláusulas que alteram de alguma forma as condições gerais e/ou especiais, variando tais alterações de acordo com cada Segurado.

XVII - Corretor: Pessoa física ou jurídica devidamente habilitada e registrada na SUSEP para intermediar e promover a comercialização de contratos de seguro, representando o Segurado junto às Seguradoras.

XVIII - Culpa Grave: Conceito não existente no Código Civil Brasileiro, porém utilizado nos tribunais civis. A culpa grave se aproxima do dolo, sendo motivo para a perda de direito por parte do Segurado. Devido ao seu caráter jurídico especial, a culpa grave somente pode ser estabelecida por sentença judicial.

XIX - Dano Corporal: Lesão exclusivamente física causada ao corpo da pessoa. Danos classificáveis como mentais ou psicológicos, não oriundos de danos corporais, não estão abrangidos por esta definição.

XX - Dano Estético: Espécie de dano corporal, não coberto pelo presente seguro, que se caracteriza pela redução ou eliminação de padrão de beleza, mas sem ocorrência de sequelas que interfiram no funcionamento do organismo.

XXI - Dano Moral: Lesão praticada por outrem ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou mais amplamente, aos direitos de personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, desconforto, humilhação, independentemente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais.

XXII - Dano Material: É o tipo de dano causado exclusivamente a propriedade material da pessoa.

XXIII - Dolo: Má-fé, qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro. Vontade conscientemente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.

XXIV - Endosso: Aditivo ao contrato pelo qual a Seguradora e o Segurado acordam quanto a alteração de dados, modificam condições ou objeto da apólice ou a transferem a terceiros.

XXV - Equipamentos: Entende-se como equipamento original ou não qualquer peça ou aparelho fixado em caráter permanente no veículo segurado com exceção dos classificados como acessórios e opcionais.

XXVI - Estelionato: Obter para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

XXVII - Estipulante: Pessoa física ou jurídica que contrata apólice coletiva de seguros, ficando investido dos poderes de representação dos Segurados perante a Seguradora.

XXVIII - Franquia: Valor ou percentual definido na apólice que representa a participação do Segurado nos prejuízos indenizáveis consequentes de cada sinistro.

XXIX - Furto: Subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.

XXX - Furto Qualificado: Ação cometida para subtração de coisa móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, que deixe vestígios, ou seja, comprovada mediante inquérito policial.

XXXI - Furto Simples: Subtração, para si ou para outrem, de coisa móvel alheia, sem violência contra a pessoa e sem deixar vestígios.

XXXII - Incêndio: Evento destrutivo caracterizado pela ação do fogo.

XXXIII - Invalidez Permanente: Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão dos passageiros ou do condutor do veículo acidentado ou de terceiro envolvido em acidente com o veículo segurado.

XXXIV - Limite Máximo de Indenização por Cobertura (LMI): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora para cada cobertura Contratada, não implicando, entretanto, em reconhecimento por parte da Seguradora como prévia determinação do valor real dos bens segurados.

XXXV - Limite Máximo de Garantia por Apólice (LMG): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.

XXXVI - Liquidação de Sinistro: Processo para pagamento da indenização ao Segurado, com base no relatório de regulação de sinistro.

XXXVII - Perda Parcial: Qualquer dano sofrido pelo veículo segurado cujo custo para reparação ou reposição não atinge 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor estabelecido na apólice, no ato da contratação.

XXXVIII - Prêmio: Importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto.

XXXIX - Proponente: Pessoa que pretende fazer um seguro e que já firmou, para esse fim, a proposta.

XL - Proposta: Instrumento que formaliza o interesse do estipulante/proponente em contratar o seguro.

XLI - Questionário de Avaliação de Risco: Formulário de questões, parte integrante da proposta de seguro, e que deve ser respondido pelo Segurado, de modo preciso, sobre os condutores e as características do uso do veículo e demais elementos constitutivos do risco a ser analisado pela Seguradora. É utilizado para o cálculo do prêmio do seguro e como parâmetro para avaliação da regularidade da cobertura em caso de sinistro.

XLII - Regulação de Sinistro: Na ocorrência de um sinistro, é o exame, das suas causas e circunstâncias, a fim de se caracterizar o risco ocorrido e, em face dessas verificações, se concluir sobre a sua cobertura, bem como se o Segurado cumpriu todas as suas obrigações legais e contratuais.

XLIII - Responsabilidade Civil: Cobertura que visa garantir, até o valor do Limite Máximo de Indenização, o pagamento da indenização pela qual o Segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo judicial ou extrajudicial autorizado de modo expreso pela Seguradora, por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros pelo veículo segurado, pela carga transportada ou por veículo regularmente rebocado.

XLIV - Ressarcimento: Reembolso dos prejuízos suportados pela Seguradora ao indenizar dano causado por terceiros.

XLV - Risco: Evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro. O risco é a expectativa de sinistro. Sem risco não pode haver contrato de seguro.

XLVI - Roubo: Subtração de todo ou parte do bem com ameaça ou violência à pessoa.

XLVII - Salvados: Objetos que se consegue resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor econômico. Assim são considerados tanto os bens que tenham ficado em perfeito estado, como os que estejam parcialmente danificados pelos efeitos do sinistro.

XLVIII - Segurado: Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiros.

XLIX - Seguradora: Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.

L - Sinistro: Ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro, de natureza súbita, involuntária e imprevista.

LI - Sub-rogação: Transferência de direitos e obrigações entre duas pessoas.

LII - SUSEP: Superintendência de Seguros Privados. Autarquia federal responsável pela regulação e fiscalização do mercado de seguros.

LIII - Terceiro: Pessoa culpada ou prejudicada no acidente, exceto o próprio Segurado ou seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como quaisquer pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente.

LIV - Valor Determinado: Quantia fixa garantida ao Segurado no caso de indenização integral do veículo, fixada em moeda corrente nacional, e estipulada pelas partes no ato da contratação.

LV - Vigência: Prazo que determina o início e término da validade das garantias Contratadas.

LVI - Vistoria Prévia Facultativa: Inspeção realizada no veículo pela Seguradora antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação do veículo.

LVII - Vistoria de Sinistro: Inspeção efetuada pela Seguradora, através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

3. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO, EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Dos riscos cobertos: “seguro total”

3.1.1 O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- I - Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- III - Raio e suas consequências.
- IV - Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- V - Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.
- VI - Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- VII - Submersão total ou parcial em água proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- VIII - Granizo.
- IX - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, incluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- X - Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais).
- XI - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.
- XII - Cobertura adicional de assistência 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, reboque ou transporte do veículo segurado (com quilometragem livre) em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, falta de combustível, transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado e transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- XIII - Cobertura dos veículos e baús, em caso de colisão, abalroamento e capotamento, até o limite da Tabela FIPE, para o veículo, e até o valor determinado pela Administração para o baú e para os veículos cujos valores constam na tabela da relação de veículos. Em caso de perda total, o valor da indenização do veículo será de 100% da tabela FIPE, e para o baú e veículo(s) que consta(m) com valor na tabela, o valor determinado pela Administração.

3.2. Descrição da rotina de acionamentos e de avisos de sinistros

3.2.1 O tempo máximo entre o acionamento do guincho e o seu real atendimento deverá ser de no máximo 1 hora se for na zona urbana/cidade e de no máximo 2 horas do atendimento, se estiver fora da zona urbana/cidade.

3.2.2 Quando da ocorrência de sinistro, o veículo deverá ser transportado até a oficina indicada pela SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, podendo ser, inclusive, concessionária autorizada, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.3 No caso de ocorrência de sinistro fora do horário normal de expediente da oficina indicada, o veículo deverá ser removido para depósito da Seguradora ou da empresa proprietária do guincho, a qual deverá providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.2.3.1 Caso a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho não possua depósito, a Seguradora poderá solicitar que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, devendo providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de sua exclusiva responsabilidade.

3.2.3.2 Quando a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho dispuser de depósito, porém a SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda exigir que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, o serviço de guincho será considerado concluído quando dessa remoção.

3.2.4 A critério exclusivo da SRRF10 ou da unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda, poderá ser aceita oficina credenciada indicada pela Seguradora. A SRRF10 ou a unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda poderá rejeitar a oficina credenciada indicada pela Seguradora, especialmente no que se refere ao município de sua localização em razão da dificuldade na fiscalização dos serviços a serem executados ou de indícios de má qualidade na execução dos serviços.

3.2.5 Caso a Seguradora não aceite o orçamento apresentado pela oficina indicada pela SRRF10 ou pela unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, a Seguradora poderá indicar outra oficina. Nesse caso, os custos de remoção do veículo para outra oficina serão de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.3. Da apólice

3.3.1 Não poderá ser cobrado pela Contratada o custo da emissão da apólice, que deverá estar incluído no valor do prêmio, conforme estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 413, de 30/06/2021.

3.3.2 A apólice de seguro automotor adotada deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura constantes neste documento.

Casco: valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE ou valor determinado.

Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais):

Valor para indenização de danos materiais de, no mínimo, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Valor para indenização de danos pessoais de, no mínimo, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Acidente por passageiro (APP):

Valor para indenização morte por pessoa de, no mínimo, R\$12.000,00 (doze mil reais)

Valor para indenização invalidez por pessoa de, no mínimo, R\$12.000,00 (doze mil reais)

Cobertura específica para substituições de para-brisa, vidros laterais e vidro traseiro, com franquia individual de R\$ 150,00.

3.3.3 A empresa Contratada deverá entregar a apólice na Divisão de Programação e Logística – Dipol da SRRF10, de acordo com a Relação dos Veículos no Apêndice II.

3.3.4 **O prazo máximo admitido para a entrega das apólices será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.**

3.3.5 O mesmo prazo valerá para emissão da 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar do pedido expresso da SRRF10.

3.4. Da franquia

3.4.1 A franquia considerada é a máxima obrigatória, devendo ser observado o que se segue:

I - A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios), isto é, pelo custo total da apólice. Porém, a proposta da licitante vencedora poderá estabelecer franquia unitária por veículo inferior a R\$ 1.500,00.

II - O valor máximo da franquia que deverá constar obrigatoriamente da proposta deverá ser de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, podendo a licitante cotar franquia unitária por veículo inferior a este valor de acordo com análise dos veículos e seus devidos bônus.

III - Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela SRRF10, por intermédio da Dipol, prioritariamente à Seguradora.

3.4.2 O valor máximo exigido para a franquia deve-se, principalmente, à necessidade de observância do princípio da isonomia, pois, caso se deixasse a critério de cada licitante, quanto maior fosse esse valor maior a probabilidade de sagrar-se vencedora da licitação, com potencial de prejuízo à Administração e aos outros licitantes que cotarem valores inferiores de franquia.

3.4.3 Assim, as licitantes deverão se adequar a essa exigência e cotar valor de franquia não superior ao valor máximo estabelecido, independente do tipo de veículo.

3.4.4 Da franquia específica para vidros

3.4.4.1 O valor da franquia considerado especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisa, vidros laterais e traseiro, para todos os veículos segurados, não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, não sendo cumulativa com a franquia de que trata o subitem 3.4.1.

3.4.4.2 A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um para-brisa e um vidro lateral, será cobrada uma franquia para o para-brisa e outra para o vidro lateral.

3.5. Do prazo máximo para avaliação e indenizações decorrentes de sinistro

3.5.1 O prazo máximo admitido para avaliação das circunstâncias de eventual sinistro feita pela Seguradora não poderá exceder a 10 (dez) dias e para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, sendo este lapso temporal contado a partir do recebimento, pela Administração, da notificação da conclusão de avaliação e vistoria das circunstâncias do sinistro.

3.5.2 As indenizações devidas pela seguradora Contratada à Contratante, de eventuais sinistros, deverão ser efetivadas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

3.6. Características gerais

3.6.1 O último contrato de seguro de veículos, ainda vigente, foi celebrado com a seguradora Gente Seguradora S/A., cujo período de vigência foi das 24 horas de 23/09/2021 às 24 horas do dia 23/09/2022.

3.6.2 Os veículos são conduzidos por servidores públicos e motoristas terceirizados que prestam serviços às unidades administrativas, sendo de ambos os sexos e com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, sendo a maioria com idade superior a (vinte e quatro) anos.

3.6.3 Os veículos são todos da frota própria oficial.

3.6.4 Os veículos não possuem rastreador.

3.6.5 Nenhum veículo é do tipo ambulância.

3.6.6 Alguns veículos da RFB (aproximadamente 47) são do tipo “discretos”, ou seja, além de não estarem identificados visualmente como veículos oficiais, circulam com placas diferentes das placas oficiais constantes dos documentos. Este fato deve ser levado em consideração em caso de ocorrência de sinistro.

3.6.7 Em caso de multa, a pontuação é direcionada para a CNH do servidor/motorista condutor do veículo.

3.6.8 Poderá ser imputada responsabilidade ao condutor do veículo para o pagamento do valor da franquia, no caso de apuração de culpabilidade.

3.6.9 Alguns tipos de veículos podem não estar contemplados na Tabela FIPE. Neste caso, para fins de elaboração da proposta, deverá ser adotado a cotação de código semelhante na Tabela FIPE ou, quando for o caso, o valor determinado pela Administração, o qual consta na tabela de relação de veículos.

3.6.10 As placas dos veículos não serão divulgadas nesta etapa da licitação, em razão da necessidade de sigilo, pois muitos veículos da RFB são utilizados em investigações. As placas dos veículos serão divulgadas somente à licitante vencedora, que se compromete em manter sigilo desta informação.

3.6.11 Os veículos, em sua maioria, estão identificados por meio de logotipos da RFB. Alguns veículos não estão identificados visualmente como pertencentes à frota da RFB por causa do sigilo que envolve as atividades desenvolvidas com esses veículos.

3.6.12 Os veículos da RFB são utilizados para qualquer fim relacionado com as suas atividades regimentais, inclusive fiscalização, transporte de mercadorias e de servidores.

3.6.13 A legislação pertinente do IOF é o § 3º do art. 2º combinado com o art. 19 do Decreto Federal nº 6.306, de 14/12/2007 (Regulamento do IOF). Esta unidade licitante é pertencente à Administração Direta.

3.6.14 Conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa interessada em vistoriar previamente os veículos a serem segurados poderá comparecer em cada Unidade Administrativa até o dia útil anterior à data da licitação. Não obstante a facultatividade desta vistoria, a sua não realização implicará à Contratada a assunção de todas as obrigações pertinentes ao objeto da contratação, sem prejuízos à cobertura do seguro dos veículos, a partir da data estipulada para início de vigência do contrato com as especificações mínimas constantes neste documento. A licitante vencedora poderá, facultativamente, realizar a vistoria posteriormente à celebração do contrato, sem alteração do valor proposto.

3.6.15 Sempre existem veículos em manutenção preventiva ou corretiva em alguma das oficinas mecânicas Contratadas.

3.6.16 Os veículos circulam regularmente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a serviço, podendo, excepcionalmente, circularem também em outros Estados.

3.6.17 Conforme disciplinado no Edital, a assistência técnica 24 horas deve cobrir todo o território brasileiro.

3.6.18 Na vigência da última apólice de seguro de veículos, ocorreram 5 (cinco) assistências técnicas (3 guinchos e 2 cargas de bateria).

3.6.19 Na vigência da última apólice ocorreram 3 (três) sinistros, sendo que, dentre essas, houve 1 perda total de veículo oficial, no valor de R\$ 72.023,00. Houve também o acionamento de coberturas de vidros para 5 (cinco) veículos.

Seguem abaixo, as informações referentes a sinistralidade da frota nos últimos 6 anos:

Apólice vigente de 24/09/2016 a 23/09/2017

1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.500,00.

2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Veículo envolveu-se em um acidente sem vítima do tipo colisão transversal. No momento do acidente o veículo virava à direita (Envolveu veículo de Terceiro). Valor Indenizado: R\$ 10.500,00.

3) Veículo: Prisma; Ano/Modelo: 2011/2012; Descrição: Veículo estava estacionado quando um terceiro veículo colidiu na lateral do carro. Valor Indenizado: R\$ 8.653,63.

Apólice vigente de 24/09/2017 a 23/09/2018

1) Veículo: Master/ Furgão/Renault, Ano/Modelo: 2014/2015. Avaria causada por queda de árvore, em razão de temporal. Chapeação e pintura na coluna e na lateral esquerda, troca de sinaleira, para-brisa, Valor total coberto pela seguradora: R\$ 10.007,90.

2) Veículo: Renault Clio Sedan, Ano/Modelo: 2005/2006. Danos causados em razão de colisão com terceiros. Engavetamento em autoestrada. Perda total. Sinistro em andamento. Valor a ser indenizado de acordo com a tabela FIPE. R\$ 14.672,00.

Apólice vigente de 24/09/2018 a 23/09/2019

- 1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira causada por terceiro. Valor Indenizado: R\$ 4.323,02.
- 2) Veículo: Voyage 1.0 4 portas, Ano/Modelo 2011/2011; Descrição: Colisão lateral com moto. Perda total. Valor Indenizado: R\$ 1.538,83.
- 3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão frontal com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.650,25 veículo + R\$ 5.522,16 terceiro.

Apólice vigente de 24/09/2019 a 23/09/2020

- 1) Veículo: Toyota HILUX SW4; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 3.866,36. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 5.632,55.
- 2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Pequena avaria na lateral e quebra da sinaleira traseira, após raspar a lateral esquerda da viatura na coluna do estacionamento. CASCO (COMPREENSIVO). Valor Indenizado: R\$ 640,90.
- 3) Veículo: Cargo 2422T 23,0PBT; Ano/Modelo: 2005/2005; Descrição: Abalroamento em via urbana com veículo terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 1.859,67.
- 4) Veículo: L-200 Triton GL, 4 portas; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Veículo arrastado pelo vento durante tempestade, colidiu com veículo de terceiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 1.907,96. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 9.848,47.
- 6) Veículo: Mercedes-Benz Sprinter 515 CDI; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Abalroamento contra uma pilastra. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.514,87.

Apólice vigente de 24/09/2020 a 23/09/2021

- 1) Veículo: FIAT Palio Weekend Adventure; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira com veículo de terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 876,00. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: aguardando vistoria.
- 2) Veículo: GM Cruze; Ano/Modelo: 2017/2017; Descrição: Ao iniciar conversão à direita veículo atingido por motocicleta que realizava ultrapassagem pelo lado direito. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: recusado. RCF – DANOS CORPORAIS - Valor Indenizado: aguardando documentos.
- 3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2014/2015; Descrição: Colisão com veículo de terceiro que estava estacionado na avenida, ao sair do estacionamento. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 467,00.

Apólice vigente de 24/09/2021 a 23/09/2022

- 1) Veículo: Fiat Fiorino IE; Ano/Modelo: 2004/2004; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em marcha ré, acabou por colidir em outro veículo que se encontrava estacionado. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 1.200,00.

2) Veículo: MMC Pajero HPE 3.2 D; Ano/Modelo: 2011/2011; Descrição: abalroamento entre dois veículos durante perseguição de contrabandista. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 20.327,29.

3) Veículo: L-200 Triton GL/GLS/GLX/HPE/XB 4x4 3.2 Turbo DIESEL 4P; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: durante operação rotineira, motorista de veículo oficial da 10ª RF, deslocando em estrada não pavimentada, teve sua dirigibilidade prejudicada pela poeira e, como consequência das condições da via, teve perda de aderência e veio a capotar em uma área plana, na lateral direita da via. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 72.023,00 (valor a ser indenizado, ainda em trâmite).

3.7. Da guarda e utilização dos veículos pela Administração

3.7.1 Os veículos permanecem recolhidos em estacionamentos privativos e fechados enquanto na repartição pública, como regra, no município correspondente ao respectivo veículo relacionado no Apêndice III deste Termo de Referência.

3.7.2 Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal no período da vigência do contrato. No entanto, os veículos circulam em todo o Estado do Rio Grande do Sul a serviço, podendo, excepcionalmente, circularem também em outros Estados.

3.8. Do endosso e pagamento dos acréscimos e restituição

3.8.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela SRRF10/Dipol e processadas pela Seguradora Contratada durante a vigência do contrato, mediante endosso, aplicando-se as regras abaixo:

3.8.2 Os endossos serão formalizados mediante Termo de Apostilamento, por referirem-se à matéria disciplinada no contrato, tratando-se pois, de mera execução contratual.

3.8.3 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, o valor do prêmio do veículo a ser incluído deverá ser semelhante ao valor do prêmio de veículo com características similares (valor do veículo e tipo de utilização) constantes na relação de veículos apresentada na proposta da Contratada.

3.8.4 Caso haja aumento do valor da apólice em razão do endosso, a SRRF10/Dipol providenciará o pagamento da diferença mediante a emissão de nota de empenho para esta finalidade, observando o limite legal máximo admitido na Lei nº 8.666/93 de 25% do valor inicial contratado.

3.8.5 Havendo diminuição do valor da apólice, a Contratante terá o direito de crédito em face da Contratada, resultante da operação de endosso, cuja devolução da diferença será feita por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pela SRRF10/Dipol para a realização da operação pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da GRU.

3.8.6 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela média aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante as fórmulas:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

3.8.7 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela SRRF10/Dipol à Seguradora contratada do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

3.8.8 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

Nº	Unidade Administrativa	Tipo	Marca	Modelo	Ano Fab/ Mod	Combustível	Bônus Atual	Sinistro nos últimos 3 anos?	Chassis	Renavan	Outras características
1	Superintendência em Porto Alegre Gabinete	Van	Renault	MASTER SITNEI MI	2009/2010	Diesel	9	Não	93YCDDUH6AJ286160	00171231350	Cor prata 7 passageiros
2	Superintendência em Porto Alegre Gabinete	Caminhonete	Kia	SORENTO CRDI 2,2 16v, 4x4 Aut.	2012/2013	Diesel	9	Não	KNAKU814DD5382283	01048745560	Cor preta Valor: R\$ 71.365,00
3	Superintendência em Porto Alegre - Gabinete	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70476	00540230421	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

4	Superintendência em Porto Alegre - Gabinete	Caminhonete	FIAT	Palio Weekend Adventure	2012/2013	Álcool/ Gasolina	9	Sim (2021)	9BD373175D5024037	00504992732	Cor Branca 5 passageiros veículo
5	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Caminhonete	Fiat	Doblo Adventure 1.8 8V 114cv 4 portas	2007/2007	Álcool / Gasolina	10	Não	9BD11940571045682	00922924317	Cor verde 6 passageiros
6	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Automóvel	Hyundai	HB20S 1.6A Comf	2016/2016	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BHBG41DBGP637851	01093130200	Cor preta 5 passageiros
7	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63925	00507764684	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
8	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Automóvel	GM	Onix 1.4MT LTZ	2015/2016	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BGKT48R0GG144337	01075909322	Cor vermelha 5 passageiros
9	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Automóvel	Fiat	Doblo Adventure 1.8	2012/2013	Álcool/ Gasolina	5 (Transferido do Veículo IUL0976)	Não	9BD119409D1102177	00504992120	Cor branca 5 passageiros
10	Superintendência em Porto Alegre - Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCCD70498	00540238929	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

11	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70508	00540236110	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
12	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70460	00541839322	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
13	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70506	00538755156	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
14	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	7	Sim (2020)	93XJNKB8TDCD70522	00538751533	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
15	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhão com baú	VW	24.250 CLC 6X2	2011/2011	Diesel	10	Não	9535N8244BR160351	00387185429	Cor branca 3 passageiros, baú de aproximadamente 70 m ³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 10.000,00 (baú)

16	Superintendência em Porto Alegre Direp	Furgão	Mercedes Benz	Sprinter 515 Furgão E.L.T Alto 2.2	2013/2013	Diesel	10	Não	8AC906657DE076312	00555697240	Cor prata 9 passageiros
17	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	Honda	Civic EXR	2013/2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	93HFB9670EZ130652	00551188154	Cor branca 5 passageiros
18	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	Honda	Civic EXS	2012/2012	Álcool/ Gasolina	10	Não	93HFB2680CZ215055	00463113640	Cor branca 5 passageiros
19	Superintendência em Porto Alegre Direp	Utilitário	Mitsubishi	Pajero HPE 3.2	2011/2011	Diesel	9	Sim (2021)	JMYMYV88WBJA00292	326283331	Cor prata 5 passageiros
20	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Fiat	Toro Freedom AT6	2019/2020	Álcool/ Gasolina	9 (Transferido do veículo IXV9D58)	-	98822611BLKC99875	01212845410	Cor branca 5 passageiros
21	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70457	00541842838	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
22	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	Renault	Master Grand Furgão L2H2	2014/2015	Diesel	10	Não	93YMAF4MCFJ407692	01009252337	Cor prata 3 passageiros
23	Superintendência em Porto Alegre	Micro-ônibus	Mercedes-Benz	Sprinter 515 CDI	2014/2015	Diesel	8	Sim (2020)	8AC906657FE104312	1062640958	Cor branca, 21 passageiros
24	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão Guincho	VW	2018/VW/10160	2017/2018	Diesel	6	Não	9531M62P1JR814611	01139060446	Cor branca Valor determinado: R\$ 125.695,00
25	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes-Benz	Actros 2546 LS	2018/2019	Diesel	9	Não	9BM934251KS047719	1178963109	Cor branca, 3 passageiros

26	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65158	00541860429	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
27	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	M. Benz	313 CDI SprinterF	2010/2011	Diesel	9	Não	8AC903662BE042404	00476315590	Cor branca 3 passageiros
28	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65145	00537526757	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
29	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65165	00537524398	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
30	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Fiat	Doblô Adventure 1.8 Flex	2012/2013	Álcool/Gasolina	9	Não	9BD119409D1102187	00503987697	Cor branca 6 passageiros
31	Superintendência em Porto Alegre	SUV	VW	Tiguan Allspace Comfortline	2018/2019	Álcool/Gasolina	10	Não	3VVHJ65N6KM015076	01183703527	Cor cinza, 5 passageiros
32	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	VW	VW 17.280 CRM 4x2	2018/2019	Diesel	9	Não	953658243KR904770	01148370061	Cor branca, 3 passageiros, cabine estendida, carroceria com baú
33	Superintendência em Porto Alegre	Automóvel	Ford	I/Ford Fiesta SD 1.6 LTIA	2014/2015	Álcool/Gasolina	10	Não	3FADP4YJ6FM131074	01037093400	Cor Preta 05 Passageiros
34	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes Bens	Atego 2430	2019/2020	Diesel	2 (Transferido do veículo QUF2863)	-	9BM958166LB163324	01217160199	Cor Branca

35	Superintendência em Porto Alegre	Semirreboque frigorífico	Ibiporã	Semirreboque frigorífico 3 eixos	2006/2006	---	1	-	9A9CFF39361DV8156	00891245502	Cor branca Valor: R\$ 100.000,00
36	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	Fiat	Ducato Multi, capacidade 1,53 toneladas, 4 portas	2011/2012	Diesel	9	Não	93W245H34C2091703	00451544382	Cor branca, 3 passageiros, carroceria furgão
37	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T65BB57251	00866430121	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
38	Delegacia em Caxias do Sul	Furgão	Renault	Master 11m3 25DCI 114cv 4 portas furgão	2005/2006	Diesel	10	Não	93YADCUH56J664777	00874157234	Cor branca 3 passageiros
39	Delegacia em Caxias do Sul	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 4 portas	2005/2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J676896	00876589395	Cor branca 9 passageiros
40	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65173	00544018060	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
41	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65182	00544014693	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

42	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65194	00544020600	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
43	Delegacia em Caxias do Sul	Automóvel	GM	Prisma 1.4	2013/2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGKS69L0DG290096	00532809157	Cor branca 5 passageiros
44	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Toyota	Hilux SW4 SRV 4x4, 171CV/2982	2014/2014	Diesel	9	Não	8AJYY59G8E6522175	01008238187	Cor Branca, 5 Passageiros, AirBag, Ar, Direção Hidr, ABS
45	Agência em Passo Fundo	Automóvel	Ford	Fiesta HA 1.5L SB	2015/2016	Álcool / Gasolina	8	Não	9BFZD55J2GB837895	01057744406	Cor branca, 5 passageiros
46	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD66238	00537276300	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
47	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD66254	00537278427	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

48	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	7	Sim (2020)	93XJNKB8TDCD66256	00537277862	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
49	Agência em Passo Fundo	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T85BB55596	00866424580	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
50	Agência em Passo Fundo	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT 1.4 16 V Ecotec Turbo Flex 4P	2017/2017	Álcool / Gasolina	7	Sim (2021)	8AGBB69S0HR151457	01124070394	Cor prata, 5 passageiros, 153 cv
51	Agência em Passo Fundo	Caminhão com plataforma guincho	Ford	Cargo 815 E	2010/2011	Diesel	10 (Transferido do veículo IMZ2B33)	-	9BFVCE1N0BBB66006	00257232303	Cor branca, 3 passageiros, plataforma guincho
52	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64569	00508115698	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

53	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64575	00508116660	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
54	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC66265	00537279091	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
55	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC66277	00537274065	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
56	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC66260	00537272178	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
57	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T65BB57198	00866426256	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)

58	Delegacia em Santo Ângelo	Furgão	Renault	Master Sitnei MI	2013/2014	Diesel	10	Não	93YMAF4MAEJ776298	00566926350	Cor branca, 3 passageiros
59	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	915C	2011/2012	Diesel	8	Não	9BM979048CB847136	00450593983	Cor vermelha 03 passageiros Plataforma guincho Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 40.000,00 (plataforma guincho)
60	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	VW	Amarok V6 Highline	2017/2018	Diesel	8	Não	WV1DA22H8JA022150	01145979006	Cor cinza 5 passageiros
61	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	ATEGO 2430	2019/2020	Diesel	9	Não	9BM958166LB164838	01223337038	VERMELHA baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio
62	Delegacia em Santo Ângelo	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SRV4X4, 7 passageiros, 4 portas	2010/2010	Diesel	9	Não	8AJYZ59G3A3039797	00195778111	Cor prata
63	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Fiat	Toro Freedom AT	2017/2017	Álcool/ Gasolina	10	Não	988226117HKB28964	1118230024	Cor branca, 5 passageiros
64	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	7	Sim (2020)	93XJNKB8TDCD65190	00537789979	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)

65	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65253	00537788069	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
66	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	8	Sim (2018)	93XJNKB8TDCD65181	00537786074	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
67	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65188	00540242560	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
68	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Fiat	Strada ADV CD Dual, 1.8, 2 portas	2012/2012	Álcool/ Gasolina	9	Não	9BD27846PC7522031	00460929127	Cor branca, 4 passageiros, tipo de carroceria aberta/c. Dupla
69	Agência em Santa Cruz do Sul	Automovel	Fiat	Palio WK Advn Flex, 4 portas, 1800cc	2008/2009	Álcool/ Gasolina	9	Não	9BD17309T94237361	00976452316	Cor preta, passeio, 5 passageiros
70	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhão com baú	VW	VW 15.180 CNM, 180cv, 2 portas, PBT 15,0 Ton	2010/2011	1.1.1.1.1.1.1 Diesel	8	Não	953468233BR111710	00332660826	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)

71	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhão com baú	IVECO	DAILY 70C17HDCSC 170cv, 2 portas	2012/2013	Diesel	8	Não	93ZC70C01D8444286	00529450151	Cor branca 3 passageiros baú de aproximadamente 20 m ³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 6.000,00 (baú)
72	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63572	00506923576	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
73	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63570	00506927164	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
74	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63568	00506925951	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

75	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63578	00506923010	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
76	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCC63524	00506928276	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
77	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63574	00507771249	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
78	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCC63567	00507769961	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
79	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	8	Sim (2019)	93XJNKB8TDCC63577	00506922340	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

80	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65183	00537933271	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
81	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65200	00537938834	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
82	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65196	00537933891	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
83	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65175	00542348284	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

84	Delegacia em Pelotas	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/ 2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T75BB56996	00866423508	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
85	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	GM	Montana LS	2013/ 2014	Álcool/ Gasolina	9	Não	9BGCA80X0EB218879	00594800293	Cor prata 2 passageiros
86	Delegacia em Pelotas	Caminhão	VW	8.120	2005/ 2005	Diesel	5	Não	9BWAC52RX5R512667	00853520720	Cor branca 3 passageiros plataforma para veículos
87	Delegacia em Pelotas	Camioneta	Fiat	Ducato M Jaedi Mis	2013/ 2014	Diesel	9	Não	93W245H34E2115964	00547651414	Cor prata 9 passageiros
88	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Ônix Plus 10TAT LT1	2019/2020	Alcool /Gasolina	10	Não	9BGEB69H0LG131048	01213815760	Cor branca 5 passageiros
89	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Hyundai	Tucson GLSB	2017/2018	Álcool /Gasolina	1	Não	95PJN81EPJB106012	01147031620	Cor prata 5 passageiros
90	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Fiat	Toro Endurance	2019/2019	Álcool/ Gasolina	10 (Transferido do veículo INQ1H89)	Não	9882261CXKKC44489	01180934919	Cor Branca 5 Passageiros

91	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD65197	00541870777	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
92	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	8	Não	93XJNKB8TDCD70484	00541314653	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
93	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCD65172	00541866508	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
94	Delegacia em Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Fluence, 2.0, 143 cv, 4 portas	2013/2014	Álcool/ Gasolina	5	Não	8A1LZBW26EL746460	0587920335	Cor prata, 5 passageiros
95	Delegacia em Novo Hamburgo	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SR 4X4, 5 passageiros, 4 portas	2012/2013	Diesel	2	Sim (2020)	8AJYY52G9D6000101	488355826	Cor branca, 5 passageiros
96	Delegacia Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Captur Inten 20ª	2019/2020	Álcool/ Gasolina	8 (Transferido do veículo MGY5C88)	-	93YRHAL44LJ173591	1208527247	Cor prata 5 passageiros

97	Delegacia em Santa Maria	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/ 2005	Diesel	8	Sim (2020)	9BFYCN9T25BB57148	00866422579	Cor branca 3 passageiros 3 eixos caminhão de transporte de veículo – CTV (cegonha), capacidade de transporte de 7 veículos Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 80.839,00 (carroceria)
98	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70562	00544514394	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
99	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70565	00544501799	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
100	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70551	00544509374	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)

101	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70549	00544598717	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
102	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD70541	00544512219	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
103	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Renault	Duster 16D 4x2	2012/2013	Gasolina	10	Não	93YHSR6P5DJ523606	00503993522	Cor cinza, 5 passageiros
104	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ACCELO 1016	2013/2013	Diesel	9	Não	9BM979076DS012982	00588417912	Cor branca, 3 passageiros, 156 cv, guincho prancha móvel op. 2,40mX6,00m Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 48.266,60 (prancha móvel)
105	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ATEGO 2425	2011/2011	Diesel	10	Não	9BM958096BB799230	00343537877	Cor vermelha, 2 passageiros, 245 cv, quatro eixos, sendo dois direcionais baú de aproximadamente 42 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)

106	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete (furgão)	Fiat	FIAT/DUCATO CARGO	2015/2016	Diesel	10	Não	93W244F2RG2154435	01054970790	Cor branca, 3 passageiros, 127 cv
107	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Fiat	Toro Volcano AT	2016/2017	Diesel	10	Não	988226175HKA65661	01088660549	Cor prata, 5 passageiros
108	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport HPE S	2018/2019	Diesel	10	Não	93XTYKL1TKCJ16261	01188930831	Cor branca, 5 passageiros
109	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	Toyota	Corolla GLi Upper	2018/2019	Álcool/ Gasolina	1	Não	9BRBL3HE9K0166983	01164217906	Cor branca, 5 passageiros
110	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	Nissan	Kicks SV CVT	2019/2020	Álcool/ Gasolina	1	Não	94DFCAP15LB205722	01194937206	Cor prata, 5 passageiros
111	Delegacia em Santa Maria	Utilitário	Toyota	HILUX SWSRXA4FD	2019/2019	Diesel	7	Não	8AJBA3FS7K0266939	01190789989	Cor preta, 7 passageiros
112	Delegacia em Santa Maria	PickUp Leve	Fiat	Toro Freedom AT9 D	2019/2019	Diesel	9	Não	988226165kkc54097	01188513521	Cor vermelha, 5 passageiros
113	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Toyota	Hilux CDSRVA4FD	2019/2020	Diesel	8	Não	8AJHA3CD1L2085924	1204174412	Cor branca, 5 passageiros
114	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC66273	00537275673	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
115	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63933	00525404864	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

116	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCC63954	00525173315	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
117	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCC63935	00525113975	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
118	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63928	00525406638	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
119	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Ford	FOCUS FC FLEX, 1.6, 4 portas	2010/2011	Álcool/Gasolina	10	Não	8AFUZZFFCBJ391241	00280010621	Cor branca 5 passageiros
120	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Ford	FUSION, 2.294 cc, 4 portas	2007/2008	Gasolina	9	Não	3FAHP08Z48R182465	00959978771	Cor preta 5 passageiros
121	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T85BB55761	00866427570	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)

122	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhão com baú	IVECO	DAYLY 7013 CC 125cv, 2 portas	2006/2006	Diesel	10	Não	93ZC6690168322876	00904401472	Cor branca, 3 passageiros baú de aproximadamente 20 m3 Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 6.000,00 (baú)
123	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64551	00525158936	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
124	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63951	00507766628	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
125	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC65195	00537936661	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

126	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD66569	00542346281	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
127	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	VW	Voyage 1.6 confortl, 4 portas	2011/2012	Álcool/Gasolina	9	Não	9BWDB05U9CT152892	00398021228	Cor prata 5 passageiros
128	Alfândega em Rio Grande	Furgão	Mercedes Benz	313 CDI, Sprinterf G62Q, 129 cv	2010/2011	Diesel	9	Não	8AC903662BE042157	00476861942	Cor branca SCANNER
129	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	Fiat	Palio WK Adven Flex	2012/2013	Álcool/Gasolina	5	Não	9BD373175D5024050	00504411446	Cor branca 5 passageiros
130	Alfândega em Rio Grande	Veículo urbano de carga	Hyundai	HR HDB com baú	2013/2014	Diesel	8	Não	95PZBN7KPEB057938	1048352452	Cor branca 2 passageiros (Valor: 100% FIPE + R\$ 4.835,00 do baú)
131	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	GM	Vectra Sedan Elite 2.4 MPFI 121cv 4 portas câmbio manual	2007/2007	Gasolina	9	Não	9BGAH69L07B240130	00329696580	Cor cinza 5 passageiros veículo importado
132	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	GM	S10 LT DD2A	2014/2015	Diesel	10	Não	9BG148EK0FC413644	01037080952	Cor BRANCA 5 passageiros
133	Alfândega em Rio Grande	Camionete	FORD	Ranger	2021/2020	Diesel	5 (Transferido do veículo IUP5A07)	-	8AFAR23N7MJ216594	01248751555	Cor branca, air bag, 5 passageiros, ar, direção hidráulica,
134	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64555	00525118080	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

135	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/ 2013	Diesel	7	Não	93XJNKB8TDCC63917	00525124640	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
136	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64573	00525162674	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
137	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64553	00525121692	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
138	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete/Furgão	Fiat	Fiorino 1.4 Flex	2014/ 2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BD265122E9004376	01000205786	Cor branca 2 passageiros
139	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	FIAT	Gran siena 1.6	2013/ 2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BD197163D3075409.	00525945229	Cor BRANCA 5 passageiros

140	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	GM	COBALT1.4 LTZ	2015/ 2015	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGJC6930FB229014	01080789003	Cor BRANCA 5 passageiros
141	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	FORD	ECOSPORT SE 1.6	2015/ 2015	Álcool / Gasolina	9	Não	9BFZB55PXF8544591	01056446932	Cor BRANCA 5 passageiros
142	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Camionete	HONDA	Honda HR, 4 portas, vidros elétricos dianteiro e traseiro	2016/2015	FLEX	0 (veículo incluído)	-	8C3RV2850G1103467	01068552929	air bag , 5 passageiros, ar, direção hidráulica,
143	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD63961	00508558352	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
144	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/ 2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64000	00508557666	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)

145	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64563	00508559030	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
146	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD63972	00508562058	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
147	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64557	00508556945	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
148	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64562	00508552141	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
149	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64688	00508554314	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

150	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64579	00508561418	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
151	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64581	00508551129	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
152	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD63964	00508560594	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
153	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD63974	00508556317	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
154	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64561	00508555370	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

155	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCD64567	00508553180	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
156	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	Renault	Clio Sedan Privilege 1.6 16V 110cv 4 portas	2005/2006	Álcool/ Gasolina	10	Não	93YLB26256J658838	00874055806	Cor prata 5 passageiros
157	Alfândega em Uruguiana	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 2463cc 4 portas	2005/2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J679019	00876570384	Cor branca 9 passageiros
158	Alfândega em Uruguiana	Furgão	Fiat	Ducato Cargo 2.8 127cv, 4 portas	2007/2007	Diesel	10	Não	93W244F1372014954	0091799185	Cor branca 3 passageiros
159	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	TOYOTA	Hilux / CD 4X4 SR, 4 portas	2011/2011	Diesel	8	Não	8AJFZ22G2B5017229	00337839387	Cor prata 5 passageiros
160	Alfândega em Uruguiana	Mis/Utilitari/Jipe	TOYOTA	Hilux / SW4 SRV4x4, 4 portas/	2013/2013	Diesel	9	Não	MROYZ59G8D1129783	01127813924	Cor prata 5 passageiros
161	Alfândega em Uruguiana	Caminhão com baú	M.Benz L 1620	L 1620, Caminhão/ baú alumínio fechado / 23,00PBT / 3P	2007/2007	Diesel	8	Não	9BM6953047B522485	00919760503	3 EIXOS /CMT:32T Cor branca 3 passageiros baú de aproximadamente 50 m ³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.500,00 (baú)
162	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	FIAT	FIAT/SIENA/ EL Flex, 1.4, 4 portas	2010/2011	Álcool/ Gasolina	8	Não	8AP372111B6001555	00282342990	Cor preta 5 passageiros
163	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	TOYOTA	Hilux/CD 4X2 SRV, 4 Portas	2007/2008	Diesel	10	Não	8AJEZ39G582512658	00593318358	Cor cinza 5 passageiros
164	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	GM	Vectra sedan elegance 2.0 128cv 4 portas	2007/2008	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BGAB69W08B130109	00937030678	Cor prata 5 passageiros

165	Alfândega em Uruguiana	Caminhão sem baú	FORD/F350G	F 350 G Caminhão/carroceria aberta, 3.920 cc	2008/2008	Diesel	9	Não	9BFJF37998B056422	00970398557	4,50 PBT/3P Cor prata
166	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	FORD	KA/SE 1.0 HA B	2017/2018	Álcool/ Gasolina	8	Não	9BFZH55L3J8059097	01132076550	Cor vermelha 5 passageiros
167	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	TOYOTA	Hilux / CD 4X4 SR, 4 portas	2012/2013	Diesel	3	Não	8AJFY22G5D8005208	00503787299	Cor prata 5 passageiros
168	Alfândega em Uruguiana-Porto Xavier	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC64577	00508115043	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
169	Alfândega em Uruguiana-Porto Mauá	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC66273	00537275673	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA
RELAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 10ª REGIÃO FISCAL

UNIDADE ADMINISTRATIVA	Logradouro	Bairro	Cidade	CEP	UF	Número de Telefone do Chefe do Sepol/Sapol	E-mail para Contato
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal	Av. Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, sala 525	Centro	Porto Alegre	90013-900	RS	(51) 3290-4243 ou 3290-4210	saconsrrf10.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul	Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150	Rio Branco	Caxias do Sul	95010-902	RS	(54) 3290-3513	gustavo.silverio@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo	Rua Júlio Aichinger, 694	Pátria Nova	Novo Hamburgo	93410-140	RS	(51) 3594-0796	higino.schmidt@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo	Rua Paissandu, nº 753	Centro	Passo Fundo	99010-100	RS	(54) 3316-9600	contratosdrfpfo.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas	R. Prof. Araújo, 216	Centro	Pelotas	96020-360	RS	(53)3310-6100	drfpel.rs@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul	Rua Gaspar Silveira Martins, nº 1130 - Higienópolis	Centro	Santa Cruz do Sul	96825-002	RS	(51) 2106-9200	higino.schmidt@rfb.gov.br

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria	Rua Riachuelo, nº 80	Centro	Santa Maria	97050-010	RS	(55) 3304-3177	diogenes.carvalho@rfb.gov.br mauricio.beck@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo	Av. Brasil, nº 1400	Centro	Santo Ângelo	98801-590	RS	(55) 3312 0208	mucio.junior@rfb.gov.br alexius.furst@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana	R. Cônsul Antônio Mary Ulrich, nº 1149 – 2º andar- sala 206	Centro	Uruguaiana	97501-598	RS	(55) 3412-7740	elis.vicosa@rfb.gov.br
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí	BR 471 – km 650		Chuí	96255-000	RS	(53) 3265-1077 Ramal: 1025	rogerio.nunes@rfb.gov.br
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento	Av. João Belchior Goulart, nº 15 – 2º andar	Centro	Santana do Livramento	97574-001	RS	(55) 3242-2685 ou 3242-5400 Ramal: 215	edgar.maciell@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio Grande	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300	Centro	Rio Grande	96200-380	RS	(53) 3234-4400 Ramal: 4420	paulo.sanzo@rfb.gov.br



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Contratação de serviço de seguro para os veículos oficiais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e demais unidades administrativas da 10ª Região Fiscal.

INTRODUÇÃO

A Equipe de Planejamento designada pela Portaria Dipol/SRRF10 nº 119, de 15/07/2022, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 134, de 18/07/2022, elaborou os Estudos Técnicos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 da IN Seges/MPDG nº 5/2017 e no artigo 7º da IN Seges/ME nº 40/2020.

Aplica-se ao serviço de seguro de veículos a seguinte legislação:

- I. IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- II. IN SEGES/ME nº 40/2020;
- III. Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966;
- IV. Decreto nº 59.417, de 26/10/1966;
- V. Decreto nº 60.459, de 13/03/1967;
- VI. Decreto nº 93.871, de 23/12/1986;
- VII. Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021;
- VIII. Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021;
- IX. Resolução CNSP nº 399, de 29/12/2020;
- X. Resolução CNSP nº 413, de 30/06/2021;
- XI. Outras normas aplicáveis à espécie.

A análise da contratação atual, que teve início em – 24/09/2021 e vige há aproximadamente 9 (nove) meses, além das contratações efetuadas nos últimos 12 anos, fez com que a Equipe de Planejamento formasse convicção de que não há inconsistências relevantes a serem corrigidas.

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 O serviço de seguro dos veículos oficiais atualmente prestado é oriundo do Contrato SRRF10 nº 8/2021, celebrado entre a União, representada pela Dipol/SRRF10, e a empresa Gente Seguradora S/A., CNPJ nº 90.180.605/0001-02, cuja vigência expira às 24 horas do dia 23 de setembro de 2022, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.2 A necessidade da contratação fundamenta-se nas seguintes justificativas:

1) Que o cargo de motorista oficial se encontra em extinção, conforme se depreende da leitura do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.632/1998, Decreto nº 4.547/2002 e Decreto nº 6.697/2008, transcritos abaixo no que interessa ao assunto:

.A Lei nº 9.632, de 07/05/1998, publicada no DOU de 08/05/1998, “Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”, declara diversos cargos extintos (cargos vagos) e relaciona diversos cargos em extinção (cargos ocupados), sendo que seu art. 2º dispõe o que segue:

Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial. (grifo nosso)

Consultando os anexos da Lei nº 9.632/1998, vemos que o cargo de Motorista consta da relação em diversos órgãos.

.O Decreto Federal nº 4.547, de 2002, “Dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no âmbito da Administração Pública Federal”, considera extintos diversos cargos relacionados, dentre os quais 21 (vinte e um) de Motorista Oficial, de Nível Intermediário, conforme abaixo transcrito.

Art. 1º Ficam extintos os cargos efetivos vagos relacionados nos Anexos I a V, no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

ANEXO I

CARGOS EFETIVOS VAGOS MANTIDOS SOB A RESPONSABILIDADE DO SIPEC EXTINTOS

....

b) Cargos de nível intermediário

NI	012001	MOTORISTA OFICIAL	21
----	--------	-------------------	----

.O Decreto Federal nº 6.697, de 17/12/2008, que “Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, considera extintos diversos cargos relacionados, dentre os quais 103 (cento e três) de Motorista Oficial, de Nível Intermediário, em diversos órgãos da Administração Federal, tendo o seu art. 1º transcrito abaixo:

Art. 1º Ficam extintos seis mil, setecentos e quarenta e cinco cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, no âmbito na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, relacionados no Anexo deste Decreto.

- 2) Que cada vez mais se torna necessária a disponibilização de motoristas para a condução dos veículos oficiais, em razão da aposentadoria/morte/afastamentos dos motoristas oficiais.
- 3) Que nas reuniões de Administradores da 10ª Região Fiscal os chefes de unidades têm relatado que a eventual ausência de seguro dos veículos oficiais acarretaria que muitos servidores (que não tem obrigação de dirigir veículos oficiais) se recusariam a dirigir veículos oficiais. Registre-se que se encontra em vigência apólice de seguro dos veículos oficiais, cujo vencimento será em 23/09/2022, cujo valor está descrito no cálculo econômico em alguns itens abaixo.
- 4) Que há uma tendência para a contratação de prestação de serviço de condutores de veículos oficiais (motoristas), via procedimento licitatório, por ser uma contratação de rotina na Administração Pública, o que, no entanto, não oferece condições de atender a todas as demandas dos serviços realizados pela RFB, conforme exposto abaixo de forma exemplificativa:
 - a. As peculiaridades das atividades da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que necessitam, como regra, de sigilo, o que recomenda a minimização da quantidade de pessoal terceirizado que detenha informações sobre operações e fiscalizações.
 - b. A RFB tem, como atribuições regimentais, a investigação e o combate aos crimes contra ordem tributária, inclusive de natureza previdenciária, os de contrabando e descaminho e de lavagem e ocultação de bens. Estas atribuições ensejam atividades investigatórias e de repressão, conduzidas somente pela própria RFB ou em parceria com órgãos policiais, que demandam trabalhos externos sigilosos, utilizando veículos com placas reservadas, não podendo envolver pessoas de fora dos setores específicos, sendo os servidores responsáveis por estas operações passíveis de responsabilização criminal por qualquer vazamento de informação.
 - c. Cite-se, também o caso de operações de Busca e Apreensão, conjuntamente com o Departamento de Polícia Federal e Ministério Público, onde os servidores da RFB necessitam iniciar seus trabalhos no meio da madrugada, horário normalmente incompatível com a jornada de trabalho dos terceirizados. Nestas atividades os veículos da RFB acompanham os veículos policiais e estão mais sujeitos a risco de sinistros. Este tipo de ação necessita de sigilo não apenas quanto ao momento de sua ocorrência, mas também quanto ao sigilo fiscal dos contribuintes investigados.
 - d. É de conhecimento geral que o Estado do Rio Grande do Sul faz fronteira com a Argentina e o Uruguai, com extensão de mais de 1.700 km, o que proporciona grandes facilidades para o ingresso irregular de mercadorias, além das mercadorias oriundas da divisa de Foz do Iguaçu (Paraná) com a Argentina, acarretando necessidades de cuidados redobrados da fiscalização aduaneira para combater o contrabando, o descaminho e a pirataria. Estradas perigosas, secundárias, em péssimas condições de conservação, são utilizadas por criminosos, traficantes e contrabandistas com veículos perfeitamente adequados a essas condições de trafegabilidade. A Receita Federal do Brasil também tem de estar presente nestes locais. Os servidores devem dispor de veículos no mínimo em igualdade de condições, pois, além de perseguições inevitáveis, necessitarão, em certas situações, se retirar com rapidez de locais onde suas vidas estão em risco.
 - e. Para a RFB, os veículos não servem apenas para transporte de servidores de um local a outro, mas constituem-se, muitas vezes, em importante instrumento de trabalho. A vida dos servidores da RFB, representantes do Estado, está em jogo no exercício de suas funções. Os servidores aduaneiros, no caso específico, e os de fiscalização de outros tributos, estão atuando na defesa da sociedade. Os servidores da Receita Federal do Brasil, para cumprimento de suas atribuições, muitas vezes, necessitam deslocar-se nos períodos noturnos e fins de semana, notadamente nas atividades de repressão ao contrabando e descaminho, pois são nesses períodos que estas operações ocorrem. Nada mais justo que a Administração disponibilize aos servidores condições mínimas de trabalho, não consideradas como luxo, como a contratação de seguro dos veículos.

- f. Quanto às condições de trabalho dos servidores, para cumprir as atribuições regimentais da RFB, nos veículos oficiais, no intenso do inverno gaúcho, com temperaturas abaixo de zero grau Celsius, muitas vezes à noite, com chuva, por estradas secundárias, ou no escaldante e úmido verão gaúcho, a Administração não pode deixar de se sensibilizar e dotar de condições mínimas de trabalho aqueles servidores que trabalham a qualquer hora do dia ou da noite, em situações adversas de clima e de estradas, muitas vezes com risco de sua segurança física. Por que os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que atuam nas condições já descritas acima, não poderiam desfrutar de condições mínimas de trabalho? Por que algumas pessoas ainda teimam em questionar as características dos veículos do serviço público (principalmente ar-condicionado e seguro) e não questionam o ambiente de trabalho dos prédios públicos dotados de ar condicionado, café, água mineral, refeitórios, serviços médicos, segurança etc.? Por que somente os servidores que atuam nas repartições poderiam desfrutar de boas, corretas e dignas condições de trabalho? O seguro dos veículos oficiais faz parte também das condições de trabalho dos servidores públicos que conduzem os veículos oficiais, sem obrigação para tal e sem remuneração adicional. A Administração economiza com motoristas oficiais ou terceirizados e coloca toda a responsabilidade no servidor público que está conduzindo o veículo, sendo que, como acontece com qualquer cidadão, em caso de acidente, poderá, mesmo que involuntariamente, ser o responsável por tal evento.

5) Que a contratação indiscriminada de motoristas, além de onerar os cofres públicos, prejudicaria sensivelmente o sigilo das atividades da RFB.

6) Que cada servidor que conduz veículo oficial está, na prática, substituindo um motorista (oficial ou terceirizado), trazendo economia aos cofres públicos, porém, sem nenhuma remuneração extra, além de assumir responsabilidade em caso de acidente no qual seja considerado culpado, se não houver seguro. Nesta relação, somente a Administração tem levado vantagem.

7) Que vários servidores públicos da RFB se dispõem a conduzir os veículos oficiais na hipótese de os mesmos estarem cobertos por seguro.

8) Que a contratação de seguro se justifica também pela expectativa de economia de recursos públicos que seria gerada pela diminuição da necessidade de contratação de motoristas terceirizados, bem como pela provável diminuição dos custos decorrentes destes contratos no futuro, na medida em que fator risco pudesse mitigado, conforme demonstrado abaixo:

- a. O custo mensal total de 1 (um) motorista habilitado na categoria “D”, contratado atualmente por esta Superintendência, é de R\$ 6.705,39.
- b. O custo fixo anual do último contrato de seguro de 1 (um) veículo oficial, considerando a quantidade envolvida, foi de R\$ 399,52 (Preço Global de R\$ 68.718,01 / 172 veículos oficiais contratados).
- c. A economia estimada de recursos é significativa quando comparado o custo anual da contratação de serviço de 1 (um) motorista com o custo anual de seguro de 1 (um) veículo oficial: $(R\$ 6.705,39 \times 12 \text{ meses}) - R\$ 399,52 = R\$ 80.464,68 - R\$ 399,52 = R\$ 80.065,16$.
- d. Porém, considerando a relação de 1 (um) motorista contratado para 3 (três) veículos, pois se supõe que não será contratado 1 (um) motorista para cada veículo, o que não seria razoável, na medida que os veículos não estão em operação todos ao mesmo tempo, que alguns servidores já dirigem veículos oficiais, que alguns veículos oficiais poderão estar fora de operação para manutenção etc.

Custo de 1 (motorista) durante 1 (um) ano: $12 \times R\$ 6.705,39 = R\$ 80.464,68$

Custo do seguro com 3 (três) veículos durante 1 (um) ano: $3 \times R\$ 399,52 = R\$ 1.198,56$

Diferença anual em favor do seguro: $R\$ 80.464,68 - R\$ 1.198,56 = R\$ 79.266,12$

Quantidade atual total da frota de veículos a ser segurada: 169

Valor unitário do último seguro contratado para os veículos x frota atual = R\$ 399,52 x 169 = R\$ 67.518,88

Quantidade inicial da frota atual de veículos dividida por 3 veículos = Número de motoristas necessários = $169 / 3 = 56,33$

Despesa estimada anual total da contratação de prestação de serviço de motorista (1 motorista para cada 3 veículos) = $12 \times R\$ 6.705,39 \times 56,33 = R\$ 80.464,68 \times 56,33 = R\$ 4.532.575,42$

Assim, a economia total seria de R\$ 4.532.575,42 - R\$ 67.518,88 = R\$ 4.465.056,54, o que mostra a vantagem da alternativa para a Administração.

Logicamente, os valores e quantidades acima estimados poderão sofrer variações em razão do preço do seguro obtido em licitação e da quantidade de veículos relacionada no edital.

- e. Devido à análise econômica acima, não será considerada a alternativa de custo do seguro dos veículos oficiais somente *versus* despesa com sinistros de veículos em exercícios anteriores, pois entendemos que esta alternativa não reflete a realidade dos fatos, pois desconsidera a contratação de prestação de serviço de motoristas, as necessidades da Administração e as peculiaridades do caso concreto relatadas acima.
- f. Certamente, a contratação de seguro dos veículos oficiais não eliminará a contratação de prestação de serviço de alguns motoristas no futuro, pois alguns tipos de veículos (ônibus e caminhões) não podem ser conduzidos por servidores que não sejam motoristas oficiais, além de outras situações como condução de autoridades em serviço etc.

9) Que a Lei nº 8.666, de 1993 - Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos - em seu inciso "I" do parágrafo 3º do art. 62, prevê expressamente a possibilidade de a Administração contratar seguro, mesmo que de forma genérica, conforme transcrito abaixo:

Art. 62 - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta - contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 3º - Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

*I - aos **contratos de seguro**, de financiamento, de locação, em que o poder público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado; (grifo nosso)*

10) Que em pesquisa à jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU não se encontrou vedação à possibilidade de contratação de serviço de seguro para os veículos oficiais.

11) A necessidade de contratação de seguro para os veículos oficiais desta Superintendência e das unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, para a realização de suas atividades regimentais, com economia de recursos públicos e preservação do sigilo das atividades da RFB.

12) A necessidade de contratação de seguro para os veículos oficiais desta Superintendência e das unidades administrativas da 10ª Região Fiscal para proteção do patrimônio público.

13) Que a realização de uma única licitação no âmbito da circunscrição desta Superintendência está amparada nos artigos 263 e 265 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada na Seção 1 - Extra do DOU de 27 de julho de 2020, além de proporcionar os seguintes benefícios:

- a. Economia de escala, na medida em que o aumento da quantidade de veículos minimiza os riscos da seguradora licitante, proporcionando menores preços. Logicamente, se cada unidade realizasse sua própria licitação, o preço total tenderia a ser superior ao de uma única licitação englobando todos os veículos.

- b. Uma única licitação, contratação e acompanhamento da execução contratual economiza mão de obra, que na RFB é escassa e onerosa, devido à insuficiência de servidores na área administrativa. Sabe-se que a RFB aloca servidores dos cargos de Analista Tributário e Auditor-Fiscal para a área meio, em razão da quantidade insuficiente de servidores de cargos administrativos, muito inferior às suas reais necessidades.
 - c. A SRRF10, com a competência definida nos artigos 263 e 265 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, se responsabilizará pelo pagamento do contrato, não havendo necessidade da prática de diversos atos por parte delas para realizar a referida contratação.
- 14) Que as coberturas básicas devem ser:
- a) Franquia máxima: R\$ 1.500,00.
 - b) Casco: valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE.
 - c) Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais):
 - 1. Valor para indenização de danos materiais de, no mínimo, R\$ 60.000,00.
 - 2. Valor para indenização de danos pessoais de, no mínimo, R\$ 60.000,00.
 - d) Acidente por passageiro (APP):
 - 1. Valor para indenização morte por pessoa de, no mínimo, R\$12.000,00.
 - 2. Valor para indenização invalidez por pessoa de, no mínimo, R\$12.000,00.
 - e) Cobertura específica para substituições de para-brisa, vidros laterais e vidro traseiro, com franquias individuais de R\$ 150,00.
- 15) Que o valor de R\$ 60.000,00 para indenização por danos materiais e pessoais decorre dos riscos da atividade aduaneira, presente no uso da maioria dos veículos, em face do Estado do Rio Grande do Sul fazer fronteira com dois países. Como os veículos aduaneiros perseguem veículos de malfeitores ou necessitam fugir de situações de muito risco, há uma probabilidade de ocorrência de sinistro de maior valor. Registre-se que o valor de R\$ 60.000,00 está bem abaixo do preço de veículos de padrão mais elevado, bem como de caminhonetes em geral.
- 16) Que o custo da apólice será pago integralmente por esta Superintendência, não onerando os créditos das demais unidades administrativas da 10ª Região Fiscal.

1.3 O dimensionamento do quantitativo de veículos foi obtido com base no levantamento de veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal já segurados na contratação anterior e na atualização da relação de veículos cadastrada, de acordo com alterações na composição da frota.

2 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.1 São os seguintes os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

2.1.1 Prestação de serviço de seguro para os veículos oficiais da frota desta Superintendência e de todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, nas quantidades e condições definidas no Termo de Referência.

2.1.2 A execução do objeto da contratação deverá estar em consonância com a legislação vigente em relação ao tema, especialmente às normas enumeradas na introdução desse documento.

2.1.3 O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, as quais serão detalhadas no Termo de Referência.

2.2 Definição das produtividades adotadas

2.2.1 Não se aplica ao objeto em análise.

2.3 CrITÉrios e prÁticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação tÉcnica do objeto ou como obrigação da contratada

2.3.1 SerÁ disposto no Termo de Referência e no edital da licitação que a contratada deverÁ adotar as prÁticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

2.4 Duração inicial do contrato de prestação de serviços

2.4.1 O **prazo de vigência do contrato** é de 12 (doze) meses, com início na data de 24 de setembro de 2022 e encerramento em 23 de setembro de 2023, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, e somente poderÁ ser prorrogado nos termos do artigo 57, parÁgrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4.2 O **seguro terÁ sua vigência** por 12 (doze) meses, contados **a partir** das 24 (vinte e quatro) horas do dia 23 de setembro de 2022, ou das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior Àquela, independentemente da conclusão da emissão da apÓlice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerÁo as condições dos veÍCulos apuradas pela Contratada, independente ou nÁo da realização da vistoria prÉvia facultativa.

2.5 Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

2.5.1 NÁo hÁ necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veÍCulos, uma vez que as técnicas utilizadas sÁo de domÍnio comum, conhecidas da grande maioria, senÁo de todas as empresas do ramo e nÁo hÁ propriedade intelectual a proteger.

3 **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem Às necessidades da Administração, porém nÁo foram identificadas mudanças a serem incorporadas.

3.2 Para a contratação de serviço de seguro, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os Órgão pÚblicos, efetivam a contratação de forma semelhante À que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalÍcias.

3.3 Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Prestação do serviço de seguro para os veículos da frota da SRRF10 e demais unidades administrativas da RFB da 10ª Região Fiscal. Não haverá utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que a prestação do serviço não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra constante nos locais onde os veículos se encontram.

4.2 O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a ser segurada, estabelecendo-se o valor global a partir do somatório dos prêmios individualizados de cada veículo, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

4.3 Justificativas da escolha do tipo de solução;

4.3.1 O mercado de potenciais prestadores para os serviços de seguro de veículos para Órgãos do Poder Público é restrito às sociedades seguradoras autorizadas a operar no País, na forma da legislação vigente. Apesar disso, tem-se verificado significativa competitividade nas licitações realizadas, como, por exemplo, na última, em que 4 (quatro) seguradoras participaram do certame. Isso porque, para execução do serviço a ser contratado, a solução disponível no mercado, já amplamente utilizada tanto para empresas privadas como para órgãos públicos, enquadra-se perfeitamente com as necessidades da prestação do serviço.

4.3.2 A solução de mercado que atende os requisitos especificados para a contratação está abaixo identificada:

- I.** No caso dos serviços em tela não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para a prestação indireta do serviço, visto que tais serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão dos mesmos para empresas especializadas, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;
- II.** No caso da prestação indireta do serviço, foi identificada a seguinte hipótese:
 - Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para as coberturas estipuladas no Termo de Referência, com valor de franquia máxima fixado pela Administração.
 - O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo.
 - No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além da cobertura adicional de assistência 24 horas, com serviços de chaveiro, reboque ou transporte do veículo e transporte de pessoas.

III. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação do serviço de seguro de veículos, para as quais o mercado está preparado.

IV. Não se visualiza outra solução, como: 1) locação de veículos com motorista; 2) locação de veículos; e 3) contratação de motoristas, em face do todo exposto no item 1 deste Estudo Preliminar.

4.3.3 Portanto, a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço de seguro total para 169 (cento e sessenta e nove) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, com vigência de 12 (doze) meses, a partir das 24 horas do dia 24/09/2022.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1 Definição e documentação do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas

I. A definição das quantidades a serem contratados foi obtida através do levantamento dos veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, que necessitam de seguro. O resultado desse levantamento de veículos é a relação constante no documento nº 7 do presente processo.

II. Utilização das informações das contratações anteriores:

a) Para a contratação em análise, foram utilizadas as informações das contratações anteriores, no que se refere à forma de contratação, por empreitada global (para a totalidade dos veículos), além das informações referentes às ocorrências de sinistros e acionamentos de assistência técnica e guincho e à pontuação de bônus vinculada aos veículos segurados nas contratações anteriores.

6 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Preço de referência para a contratação:

I. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges/ME nº 73, de 2020, conforme documentação contida neste processo (documentos nºs 10 e 11).

II. A consolidação da pesquisa de preços e a metodologia para obtenção do preço de referência constam no documento nº 12 e resultou no seguinte valor estimado:

DESCRIÇÃO	PREÇO estimado global (R\$)	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------------------	-------------

Serviço de seguro total para 169 (cento e sessenta e nove) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul.	169.000,00	Média de R\$ 1.000,00 por veículo
---	-------------------	-----------------------------------

7 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A contratação dos serviços em item único, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

- I. Para a licitação em análise, cujo objeto é único, ou seja, seguro de veículos, com as mesmas especificações e exigências para todos os veículos (franquia, danos materiais, danos pessoais e APP), sendo que qualquer empresa seguradora de veículos está apta a participar da licitação se o critério de julgamento for pelo menor preço global;
- II. A reunião de todos os veículos em um só item certamente ocasionará uma economia de escala, na medida em que, quanto maior o número de veículos, maior será o interesse das licitantes em sagrar-se vencedora da licitação;
- III. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia:
 - a) Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;
 - b) Imagine-se uma unidade da RFB com 10 veículos e 5 seguradoras diferentes, e o quão conturbado seria gerir tais contratos em caso de sinistros;
 - c) De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.
- IV. Logo, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:
 - a) A licitação com critério de julgamento e adjudicação pelo menor preço global, para o caso em questão, é o que amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois vai ao encontro da economia de escala, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, eficiência, razoabilidade e economicidade, sem ofender o princípio da isonomia e da legalidade.
 - b) A licitação para contratação do objeto desejado com julgamento por item individualmente considerado, para todos os itens da licitação, causaria, além da perda de economia de escala, também custo excessivo para licitar e acompanhar a execução contratual, não sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

8 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

9 DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA SRRF10

9.1 O objeto do presente estudo (seguro de veículos para a frota da RFB da 10ª Região Fiscal no período 2022-2023) está alinhado com o planejamento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, conforme previsto no Item 69 do Plano Anual de Contratações – 2022 da SRRF10 – UASG 170177.

10 RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

- I. Estes serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão desse tipo de objeto para empresas especializadas.
- II. A realização de um único procedimento licitatório, abrangendo esta Superintendência e todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal ocupará a equipe de servidores da Salic/Dipol por um único período de tempo.
- III. A realização deste procedimento unificado se justifica pelo ganho com o gerenciamento centralizado e implica vantagens para a Administração, pois haverá ganho de escala tanto na realização da licitação como na contratação, uma vez que, com um volume maior de serviços, é possível para a Administração obter uma proposta mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.
- IV. No que pertine ao desenvolvimento nacional sustentável, como já relatado anteriormente, o serviço de seguros constitui-se em um mercado altamente regulamentado, possuindo um órgão responsável, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que o controla e fiscaliza. Nesse sentido, a própria legislação que trata sobre seguros privados regula a referida atividade econômica para alcance, dentre outros objetivos, do desenvolvimento nacional sustentável, na medida em que, exemplificativamente, promove o aperfeiçoamento do sistema nacional de seguros privados e zela pela defesa dos interesses dos consumidores.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

- 11.1 Para a contratação pretendida não haverá necessidade de:
- a) adequação do ambiente físico da SRRF10, uma vez que não haverá prestação de serviço nas dependências da contratada;
 - b) capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a Administração já possui experiência com relação a esse objeto, tendo em vista que vem realizando licitações para o objeto (seguro anual de veículos) e celebrando e fiscalizando as contratações delas advindas há mais de 10 (dez) anos.

12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

12.1 Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação, conforme modelos editalícios aprovados pela PRFN4^a.

13 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria Dipol/SRRF10 nº 119, de 15/07/2022, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 134, de 18/07/2022, considera que a contratação é viável e razoável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.1 Não há necessidade de classificar estes Estudos Técnicos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

14.1 A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 10/08/2022 12:24:18 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 10/08/2022 12:24:18 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE HELIO JUSTO em 10/08/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP10.0822.13492.UKHU

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

11BBC0B05824E77F35017E496428482E80A38FD5B35974BD7D4E6B32E9AF6E78